

3.

A crônica-reportagem

Como quer que seja, entre todas as formas épicas a crônica é aquela cuja inclusão na luz pura e incolor da história escrita é a mais incontestável. E, no amplo espectro da crônica, todas as maneiras com que uma história pode ser narrada se estratificam como se fossem variações da mesma cor. O cronista é o narrador da história.

Walter Benjamin

Com base nas reflexões sobre o papel da crônica, sobretudo, no processo de modernização, esta tese, assim como outros estudos, acredita que as palavras documentadas não apenas corroboram, mas também desempenham papel fundamental no processo de ressignificação e reordenamento das cidades, além de servirem como registro que se torna documento para a história, como bem nos mostra Benjamin na epígrafe deste capítulo. Partindo dessa premissa, o foco será realizar um estudo sobre o Rio de Janeiro do início do século XX por meio da coluna *Cinematographo*, que relata transformações urbanas e sociais e demais acontecimentos da época.

Nas páginas da *Gazeta de Notícias*, o leitor pode visitar o referido momento e acompanhar, pelo olhar de Joe¹², as mudanças em virtude do projeto de modernização e civilização da antiga capital federal. Percebe-se que tais alterações trazem, como consequência, o sentimento de patriotismo. É sabido que o livro homônimo – material de análise do capítulo “A crônica cinematográfica” – também revela esse universo. No entanto, é no jornal que *Cinematographo* se coloca à disposição dos acontecimentos diários e, em virtude disso, apresenta uma narrativa factual no sentido de retomar, retratar e discutir os principais fatos da semana ou assuntos em voga naquele período. Antes da análise, cabe, entretanto, recordar algumas questões relativas à cidade.

¹² Vale reiterar que Joe foi o pseudônimo usado por Paulo Barreto para assinar a coluna *Cinematographo*.

3.1.

A cidade real e a cidade das letras

Dentro delas (das cidades) sempre houve outra cidade, não menos amuralhada, e não menos porém mais agressiva e redentorista, que a regeu e conduziu. É a que creio que devemos chamar de cidade letrada.

Angel Rama

São as letras certamente um dos principais instrumentos que possibilita o resgate do passado. É, especialmente, por meio dos escritos que se consegue visitar os séculos anteriores, conhecer a História e também as cidades. A comunidade letrada esteve presente durante séculos e deixou os relatos dos momentos que vivera como herança para seus sucessores. Sobre esse grupo, ressalta o pensador uruguaio Angel Rama:

No centro de toda a cidade, conforme diversos graus que alcançavam sua plenitude nas capitais vice-reinais, houve uma cidade letrada que compunha o anel protetor do poder e o executor de suas ordens: uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais. (RAMA, 1985: 43)

Esses homens das letras são eternos acompanhantes de quem deseja visitar e revisitar as cidades. Concentrando-se sempre no centro da urbe, estiveram atentos para os grandes fatos, para as angústias, as problemáticas, os benefícios e, finalmente, para a realidade dos que ali habitavam. Não podendo ser diferente, literatos e jornalistas sempre tiveram grande relevância nessa função. Nesse sentido, destaca-se o escritor finissecular Paulo Barreto que, por tamanha relação de identidade com a cidade, carregava-a em seu pseudônimo mais usado.

De acordo com Rama, há duas redes no espaço urbano: a física e a simbólica. A primeira, fragmentada e múltipla, pode ser percorrida pelos que habitam e visitam a urbe. Já a segunda é passível de ordenação e interpretação e, a partir disso, ocorre a reconstrução da ordem. A partir da referida distinção, é possível traçar um paralelo entre a rede física e a cidade real e entre a rede

simbólica e a cidade letrada¹³. Para o autor, embora unidas e encontradas no mesmo espaço, essas cidades são entidades distintas.

Uma não pode existir sem a outra, mas sua natureza e funções são diferentes como o são os componentes do signo. Enquanto a cidade letrada atua preferencialmente no campo das significações e inclusive as autonomiza em um sistema, a cidade real trabalha mais comodamente no campo dos significantes e inclusive os afasta dos encadeamentos lógicos-gramaticais (Ibidem: 52)

Ainda nessa linha, o teórico acrescenta que a cidade real só existe em um determinado tempo, enquanto a letrada é eterna. Embora gerações convivam com heranças do passado, a estrutura urbana, a arquitetura, a vida cultural, as formas de sociabilidade ou qualquer outra característica de um dado momento pertencem apenas a ele. No entanto, os registros dessa urbe permanecem e, a partir deles, a ressignificação, os sentidos e a atemporalidade são atribuídos a essa cidade, quando apenas real, muitas vezes, fadada ao esquecimento. A respeito da função da cidade letrada, nos fala Rama:

Só ela é capaz de conceber como pura especulação, a cidade ideal, projetá-la antes de sua existência, conservá-la além de sua execução material, fazê-la sobreviver inclusive em luta com as modificações sensíveis que introduz incessantemente o homem comum (Ibidem: 53).

Tomando como base as reflexões do autor, este trabalho entende a coluna *Cinematographo* como parte significativa dessa cidade letrada. Escavaremos, portanto, o Rio de Janeiro que, em um primeiro momento, se apresenta ambíguo, enigmático, labiríntico, “cenário de algo não representável nem desde a diferença excludente e excluída do autóctone nem desde a exclusão uniformizadora e dissolvente do moderno” (MARTÍN-BARBERO, 2004: 279). A partir de agora, o presente estudo é um convite para percorrer o dia a dia da antiga capital federal, que, outrora fragmentada, surge ordenada e normatizada pelos escritos de Joe.

¹³ Rama ressalta que a existência da cidade letrada está atrelada à estrutura cidadina, o que ele considera seu “habitat natural” (Ibidem: 49).

3.2.

O Rio de Janeiro na crônica-reportagem de Joe

O passado volta como quadro de costumes em que se valorizam os detalhes, as originalidades, a exceção à regra, as curiosidades que já não se encontram no presente.

Beatriz Sarlo

No livro intitulado *A cidade das letras*, Rama afirma que as urbes latino-americanas, desde a remodelação de Tenochtitlan, que ocorreu no século XVI, foram pensadas pela inteligência e a partir da ordem. Afastando-se da cidade orgânica medieval, o que se tem no espaço urbano é um novo ordenamento e novas formas de vivenciá-lo e experienciá-lo.

Tiveram que se adaptar dura e gradualmente a um projeto que, como tal, não escondia sua consciência racionalizadora, não lhe sendo suficiente organizar os homens dentro de uma repetida paisagem urbana, pois também requeria que fossem moldados com destino a um futuro, do mesmo modo sonhado de forma planejada, em obediência às exigências colonizadoras, administrativas, militares, comerciais, religiosas, que se iriam impondo com crescente rigidez (RAMA, 1984: 23).

As palavras do pensador uruguaio servem de inspiração para a compreensão do início do século XX, uma época marcada por grandes mudanças urbanas. As cidades passavam a contar com um novo modelo que considerava também avanços técnico-científicos e, por consequência, novos hábitos e formas de sociabilidade foram criados e até mesmo impostos. A população é apresentada a novidades como o bonde elétrico, os cafés, o automóvel, o saneamento e, além de outras coisas, o cinema. No Brasil, essas transformações foram mais evidentes na cidade do Rio de Janeiro: a metrópole-modelo.

O Rio de Janeiro é apenas uma das tantas cidades do mundo que passou pelo processo de modernização. Angel Rama, ao discutir a formação e a existência das urbes na América Latina, aponta as semelhanças que há entre elas. O autor chega a ser ainda mais radical quando reitera as palavras de Thomas More: “Aquele que conhece uma das cidades conhece-as todas, de tal forma elas

são exatamente iguais, exceto no que a natureza do terreno impede” (MORE *apud* RAMA, 1984: 32). Pode-se dizer que essa igualdade é também notada na própria motivação que leva esses espaços a transformações, reordenamentos, embelezamento, tornando-os, em alguns casos, vulneráveis a atrocidades, justificadas pela racionalidade técnica e o desejo de um futuro a alcançar. Nessa toada, pondera Rama:

(...) as cidades americanas foram remetidas desde as suas origens a uma dupla vida. A correspondente à ordem física que, por ser sensível, material, está submetida aos vaivéns da construção e da destruição, da instauração e da renovação e, sobretudo, aos impulsos da invenção circunstancial de indivíduos e grupos segundo seu momento e situação. Acima dela, a correspondente à ordem dos signos que atuam a nível simbólico desde antes de qualquer realização, e também durante e depois, pois dispõem de uma inalterabilidade a que pouco concerne os avatares materiais. Antes de ser uma realidade de ruas, casas e praças, que só podem existir e ainda assim gradualmente, no transcurso do tempo histórico, as cidades emergiam já completas por um parto da inteligência nas normas que as teorizavam, nos atos fundacionais que as estatuíam, nos planos que as desenhavam idealmente, com essa regularidade fatal que espreita aos sonhos da razão (...). (RAMA, 1984: 32)

Sendo assim, a fundação da cidade se dá em busca da concretização de um sonho. O nível simbólico constrói um padrão e, na tentativa de alcançá-lo, a urbe se rende e condiciona sua formação a esse modelo. A cidade, então, se apresenta como uma busca pela representação desse sonho, abrindo caminho para construções e destruições sejam físicas ou, no que se refere aos cidadãos, no campo psíquico. É na direção dessa aspiração, atrelada ao interesse econômico, que o Rio de Janeiro se urbaniza.

Entre 1903 e 1906, a então capital federal passou por um processo de reforma urbana, que fora anunciado no discurso de posse do presidente da República Rodrigues Alves. Para o presidente, era necessário melhorar a estrutura, a economia e, por consequência, a imagem da cidade. A iniciativa deu origem a dois projetos. Um deles era de responsabilidade do governo federal e tinha como peças fundamentais o ministro Lauro Müller e o engenheiro Francisco Bicalho. O outro, por sua vez, foi tocado pela Prefeitura do Rio de Janeiro e à frente estava o então prefeito Francisco Pereira Passos. A bem da verdade, a obra mais importante era a ampliação da zona portuária, ícone do progresso material brasileiro, já que a cidade era a grande consumidora de produtos importados.

Além disso, era necessária uma estrutura urbana que facilitasse a distribuição das mercadorias que chegavam. No que se refere à participação dos engenheiros – conhecidos como operários da razão – nessa reestrutura urbana, ressalta Azevedo:

O projeto de revigoração do porto expressou a visão urbanística de seus mentores. Eram engenheiros que pensavam a ordenação urbana da cidade pela retificação de suas vias e pela pouca reverência para com a tradição da cidade, seja ela expressão no campo da natureza ou da cultura. (AZEVEDO, 2003: 38)

A mudança do espaço deu-se sem respeitar os signos da cidade antiga, a revigoração da região portuária foi pautada numa concepção racional e geométrica. Para construir um melhor sistema de distribuição de mercadoria, foi necessária a abertura da Avenida do Cais, Avenida do Manguê e da Avenida Central, atuais Rodrigues Alves, Francisco Bicalho e Rio Branco, respectivamente. Vale observar que, mesmo facilitando os acessos aos sentidos sul e centro da cidade, a fama da Avenida Central deu-se, sobretudo, por ser sinônimo de progresso para a população:

Além de apresentar toda uma infraestrutura técnica das mais desenvolvidas para os padrões brasileiros da época, com cabos de luz, fios de telefone e tubos de gás subterrâneos, além de tecnologias modernas de calçamento viário, a Avenida Central apresentou toda uma significação do progresso material como propiciador da civilização, como era típico entre as elites republicanas. Primeiramente, por ser uma perspectiva que se iniciava como derivação do porto. A Avenida Central originava-se junto a este, que era a representação máxima do progresso material brasileiro. (Ibidem: 41)

A construção do Teatro Municipal aumentou ainda mais o *glamour* que existia no final da Avenida Central. Era nesse trecho que se situava um significativo número de instituições culturais como o Teatro Lyrico, a Escola de Belas Artes e o Palácio Monroe. Esses ícones da cultura colaboravam ainda mais para que o centro da cidade fosse sinônimo de civilização do país.

Essas mudanças tinham a função de adequar o Rio de Janeiro a uma nova organização do próprio espaço. Em sua segunda edição, publicada no dia 18 de agosto de 1907, a coluna *Cinematographo* apresenta uma descrição dessa cidade moderna, especificamente, do bairro de Botafogo, além de destacar o entusiasmo dos que viviam naquele período:

A praia de Botafogo apresenta um aspecto maravilhoso. A grande e esplendorosa avenida cintila de *toilettes* raras, de joias, coruscantes de belezas admiráveis. Passam, sem cessar, automóveis caros, carros de luxo numa fila interminável. Sob o sol de inverno, o mar achamalota-se. (...)

- É bem diferente este Rio do que nós suportávamos há cinco anos! Diz [*ilegível*] nosso lado um diplomata. (...)

- E, realmente, é outra coisa. Por mais [*ilegível*] que pareça insistir, devemos insistir nessa ruidosa admiração por nós mesmos. Talvez o grito, o aplauso convençam o governo atual de que é necessário continuar a obra encetada pela direção do conselheiro Rodrigues Alves e por esse [*ilegível*] extraordinário – o Dr. Pereira Passos, que aos 70 anos, depois de reformar uma cidade violentamente, parte para a Europa, corre o Egito montado em dromedários, embarca [*ilegível*] para o Japão, e trabalha, lê, escreve, sempre incansável e sempre extraordinário. (JOE, 18 de agosto de 1907)

Paulo Barreto mostra a cidade que surgia, despida das características coloniais e desejosa de ser uma nova capital. Acreditando nas benesses dessa modernização, a população esquece o Rio antigo e aposta na continuação das obras, tendo, como mencionado anteriormente, Rodrigues Alves e Pereira Passos como grandes nomes do progresso.

A modernidade causava na população da época ânimo e frisson. Em virtude disso, a vida e os programas no campo foram, aos poucos, perdendo valor. Numa crônica do dia 12 de janeiro de 1908, Joe discorre a respeito do tédio de estar na roça e confessa ser seu grande desejo receber jornais e cartas do Rio. No Hotel Hygino, clama por coisas que o liguem à cidade, pois o hotel do campo o irrita demais. O cronista chega a dizer que pode morrer de tédio ou de fúria e acaba confessando: “A floresta só em pequenas doses: a homeopatia do Passeio Público, ou a alopatia do Jardim Botânico”. Mais adiante, completa: “Porque eu abomino as árvores quando elas não são civilizadas ou cínicas como as da Praça Tiradentes que conversam com os cocheiros e esperam a saída das *cocottes* do Moulin Rouge...” (12 de janeiro de 1908).

A vida na nova urbe civilizada é descrita na coluna de Paulo Barreto. Em oito de setembro de 1907, discorre o quanto é chique jantar no Pavilhão Mourisco que, segundo ele, remete a Paris, símbolo da modernidade da referida época. Já no dia 17 de novembro de 1907, estabelece uma analogia entre a própria vida e a transformação do Café Paris em um esplêndido restaurante. O cronista recorda sua trajetória profissional na *Gazeta de Notícias* e conclui que a vida passa, consideravelmente, rápido. Como pano de fundo, então, reflete a respeito de todas

as mudanças que aconteciam na cidade. Para finalizar, lamenta: “Le bon vieux temps... Tudo se transforma. Daquele centro nada mais existirá dentro em pouco. O largo é outro, o edifício será outro, as nossas ambições são outras e a minha saúde, ah! a minha saúde é como aquele prédio velho a demolir...” (JOE, 17 de novembro de 1907).

A cidade naquele momento apresentava características coloniais e era necessário “criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais” (ABREU, 2006: 60), mesmo que para isso fosse necessário tirar de alguns o direito de continuar a viver em suas casas¹⁴. O desígnio de Pereira Passos era reorganizar o Rio de Janeiro a fim de transformá-lo no cartão-postal do país e, por consequência, atrair capital estrangeiro. O foco era, então, uma transformação que viesse a intensificar o mercado de importação e com isso aumentasse o reconhecimento internacional. Nesse sentido, medidas como “saneamento urbano, desenvolvimento comercial, ampliação da arrecadação fiscal e captação de mão-de-obra estrangeira” (Ibidem: 43) eram fundamentais para corroborar com a imagem externa do Brasil. O aparecimento do automóvel, o bonde elétrico, o surgimento do cinema, as novas vestimentas indicavam o início de um momento novo e elitista. Tais coisas aumentavam gradativamente a importância da cidade no contexto internacional.

Joe retrata a preocupação de um reconhecimento do Brasil como um país civilizado e moderno em crônica do dia 08 de setembro de 1907 ao relatar sobre a vinda de Paul Doumer¹⁵:

Ninguém duvida da grande importância que nos dá no exterior a viagem de Paul Doumer ao Brasil. Ocupe-se a França definitivamente e diretamente um pouco com a nossa vida, seja na simples posição de espectador, nós seremos um povo aceito. É possível progredir, caminhar, conquistar a independência de cérebro, o vigor da força bruta, sem o auxílio da atenção da França. Entrar, de fato, no convívio internacional é que não. A França no mundo é como, na sociedade, certas casas onde é preciso ser bem recebido para entrar depois em todas as outras dando honra.

¹⁴ Na construção da Avenida Central, por exemplo, foram demolidas entre duas e três mil casas; isso significa que cerca de três mil famílias ficaram sem lugar para morar.

¹⁵ Paul Doumer tornou-se presidente da França em junho de 1931 e foi assassinado em menos de um ano após assumir o cargo.

(...) Daí, desde que o tratemos e lhe mostremos os nossos atestados de civilização, como o temos mostrado, a certeza de uma repercussão mundial dessa visita, como raramente se dá com a espécie. (JOE, 08 de setembro de 1907)

Tal assunto se repete em 15 de setembro de 1907, quando o escritor traz à memória a notória apreensão para receber a Mme. Toché¹⁶ que, ao voltar para França, escreveu um texto que “fala, com uma justeza, uma verdade, um carinho digno da nossa gratidão, do Brasil” (JOE, 15 de setembro de 1907). De acordo com o cronista, Mme. Toché ressalta o progresso, a elegância, a vida social e política, entre outras coisas.

Em crônica do dia 12 de junho de 1910, após ouvir um estrangeiro educado em Berlim afirmar que “o Rio é a cidade mais bem iluminada do mundo. (...) E é também a cidade de ruas mais bonitas”, questiona se o carioca não reconhece o valor de sua cidade por nela morar.

É inegável que o reconhecimento intensifica o sentimento de patriotismo já presente nos que acompanhavam o progresso vivido pelo Rio de Janeiro, pelo Brasil. Em crônica, publicada no dia 03 de novembro de 1907, Joe dedica algumas linhas a respeito desse assunto. Inicialmente, comenta sobre o recebimento de uma carta redigida por Carlos Silva, morador, há tempos, de Bogotá. Um elegante, entusiasta e distinto homem que sentia saudades das avenidas e da elegância ainda não conhecidas. Segue dizendo que, na verdade, quase todos os jovens diplomatas morrem de saudade da referida cidade e cita alguns deles como Thomaz Lopes, Sylvino do Amaral e Carlos Silva.

O cronista explica que a saudade não se deve à falta de atrativos em outros lugares, mas ao amor que todos sentem pelo Rio de Janeiro: “O Rio é uma cidade que se ama, é como uma dessas amantes relapsas que os apaixonados batem, injuriam, ultrajam para vir a amá-la minutos depois com mais fúria e mais [ilegível]” (JOE, 03 de novembro de 1907). A fim de reiterar esse pensamento, recorda uma opinião dos franceses que consiste em dizer que só vive bem quem vive na própria terra. Para responder a tal carta, reafirma o amor pela sua cidade natal: “Nestes tremendos tempos de propaganda, quanto mais amor tivermos ao

¹⁶ Segundo informações da edição de 15 de setembro de 1907 do jornal *Correio Paulistano*, Mme. Toché foi colaboradora do *Gil Blas*, periódico literário francês. A visita ao Brasil tinha alguns interesses. Entre eles, destacam-se fazer propaganda, ser recebida pelo ministério e promover uma conferência.

nosso país, mais fortes nos mostraremos” (Ibidem). E, logo, conclui: “À proporção que a idade avança, o patriotismo aumenta” (Ibidem). Para ele, o sentimento desenvolvido pela terra natal impossibilita o homem a viver definitivamente em outro lugar.

- Sair daqui, sim, não digo que não, diz o nosso anfitrião. Sair, ter o patriotismo de longe, admirando o país pela carta geográfica, viajar, mudar de terra constantemente... Sim, não há dúvida, é agradável. Mas chega o momento da saudade da terra, dessa saudade especialíssima, feita de recordações de um amor que pode esfriar, mas não cessa nunca, o amor da amante de todas as idades. E sente-se um grande prazer em voltar, em sentir de novo o sal da pátria, em gozar mesmo os seus erros e as suas faltas. Que querem vocês? Sempre que aqui volto, quando parto é sempre com a vontade cada vez maior de ficar mais algum tempo... (30 de janeiro de 1910)

O patriotismo parece ter contagiado grande parte dos brasileiros. Embora viajar – isto é, conhecer novos lugares e estar em contato com outras culturas – despertasse o interesse em muitos – como até hoje acontece –, vemos no texto que as transformações urbanas, sociais e econômicas floresceram o sentimento de amor pela pátria brasileira. Nesse diapasão, em 21 de novembro de 1909, Joe escreve sobre a comemoração da proclamação da República. Segundo o autor, pela primeira vez, o povo festejava a data.

A clássica tristeza do carioca morreu, e por mais que se quisesse achar de mau efeito espetáculos gratuitos, festas gratuitas, préstito, tudo conservou uma linha, que só com o auxílio dos deuses invisíveis se pode compreender. Desde manhã como toda a gente saí a ver a parada. E fiquei nos teatros e vi os carros sem fantasia, mas com uma ideia diretriz perfeitamente nobre, e como toda a gente voltei para a casa patriota (21 de novembro de 1909).

Sobre a mesma ocasião, no ano seguinte, o sentimento é ainda mais evidente. De acordo com Joe, a celebração da República muito se diferenciava das antigas festas populares:

Para aquele povo contente não havia superiores. Era uma confiança americana. A América do Norte fez-se com a convicção de ser *the first e the best of world*. O brasileiro estava nas mesmas condições, achando tudo seu o primeiro e o melhor do mundo. Mas com uma certa razão, porque em cinco anos fizera aqueles palácios e aquelas avenidas, em cinco anos transformara o seu caráter, em cinco anos organizara a luta para a conquista do primeiro lugar e de si mesmo, e ainda naquele momento mostrava o garbo de um exército voluntário, os rapazes das linhas de tiro, marchando com um apuro desconhecido nos nossos batalhões, sob as palmas das avenidas repletas. Quando passou o batalhão do Paraná, esses

guapos e garbosos rapazes do Estado admirável, futuro celeiro do Brasil, do Paraná, cujo progresso moral e prático cada vez mais os verdadeiros patriotas amá-lo e respeitá-lo, houve na Avenida um verdadeiro delírio, um verdadeiro frenesi de entusiasmo. Na extensão de dois quilômetros as palmas calorosas faziam-lhe [alas] quentes de simpatia e os mais exaltados queriam abraçá-lo pessoalmente.

- Viva o Paraná! gritavam.

E na comoção geral, os oficiais abaixavam as espadas num mudo agradecimento. Como estávamos longe das antigas festas populares! Como era outra coisa! E bastara para essa consciência patriótica a sugestão dos governos... (11 de setembro de 1910)

As antigas festas populares, como nos mostra a citação, deu espaço a uma nova celebração, marcada pela confiança e orgulho de ser brasileiro. Segundo o cronista, os sentimentos são, inclusive, semelhantes aos dos que viviam na América do Norte. O processo de modernização e as mudanças por ele geradas foram fundamentais no estímulo do sentimento de patriotismo. Joe, empolgado com a festividade, chega a assegurar que já não estavam numa república da América, mas da Europa. E era exatamente essa a intenção do projeto de remodelação e civilização. A fim de dar início a esse objetivo, Passos considerou fundamental abrir, prolongar e alargar ruas do Rio de Janeiro. O prefeito, então, colocou em prática cinco operações que visavam à melhoria da estrutura viária da cidade: a ligação centro-sul pela Avenida Beira-Mar; a ligação sul-leste pela Avenida Mem de Sá; a centro-oeste, formada pela integração das ruas da Assembléia, Carioca, Visconde de Rio Branco, Frei Caneca e Estácio de Sá, além das praças Tiradentes e da República; a ligação em sentido centro-noroeste, com a integração da rua Visconde de Inhaúma e a rua Marechal Floriano; e as duas linhas que ligavam a região portuária com o centro da cidade; para este fim, ligou o Largo da Prainha à rua do Sacramento e o Cais da Saúde também à rua do Sacramento, pela rua Camerino.

O prefeito providenciou também o arruamento de uma série de vias em Copacabana; asfaltou ruas do Centro, Catete, Glória, Laranjeiras e Botafogo; fez estradas de ligação entre bairros e reformou outras, como a de Santa Cruz; canalizou rios; saneou parte da Lagoa Rodrigo de Freitas, e o lixo urbano passou a ser levado para a Ilha de Sapucaia. Passaram por um processo de embelezamento: a Praça XV; o Largo da Glória; o Largo do Machado; Praça São Salvador; Praça Onze de Junho; o Passeio Público e a Praça Tiradentes. Ruas do Centro, Botafogo

e Laranjeiras foram arborizadas e as estradas do Alto da Boa Vista passaram por modificações.

Houve também a abertura das ruas Salvador de Sá e Mem de Sá. As ruas Estácio de Sá; Frei Caneca; Assembléia; Uruguaiana; Carioca; Visconde de Rio Branco; São Joaquim; Visconde de Inhaúma; Mariz e Barros; Treze de Maio; Acre; Camerino; Sete de Setembro; São José e Ramalho Ortigão foram alargadas. Para que a antiga forma fosse substituída pela ordenação, foram demolidos os prédios do lado par do trecho da Rua Frei Caneca, desde a Praça da República até o canto da Rua General Caldwell; da rua de São Joaquim; do lado par da rua Visconde de Inhaúma; rua da Prainha; rua Uruguaiana e da rua Camerino, assim como as casas do lado par da Rua da Assembléia e da Carioca. Houve também a demolição do Morro do Senado, deixando sem moradia as populações pobres das freguesias de Santo Antônio e Espírito Santo.

Foi pequeno o número de habitações populares construídas pelo Estado. Em virtude disso, boa parte dos moradores que perdeu suas casas durante a reforma foi viver nos subúrbios e outra passou a habitar os morros do centro da cidade, os quais eram até então pouco ocupados. Ainda que fosse necessário retirar tudo e todos que pudessem representar o atraso nacional, Passos desejava camuflar o aspecto colonial da cidade:

Era preciso, pois, findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade, pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do Centro ao som do primeiro grito de motim. (SEVCENKO, 1983: 41)

O que existiu então foi uma reforma excludente que beneficiou apenas uma parcela dos que viviam naquele momento, isto é, um aburguesamento em detrimento das camadas populares. É possível afirmar que a segregação hoje vigente se iniciou no século XX, tanto no que se refere à favela quanto aos subúrbios cariocas. Desde o referido período, a população de baixa renda ficou fadada a viver sem as benesses oferecidas pelas renovações urbanas. Sem nenhum compromisso e respeito com esses cariocas, o Rio de Janeiro foi sendo urbanizado nos moldes europeus, mais especificamente, parisienses. No lugar da antiga

colônia, começou a levantar uma cidade que se fez moderna apenas para alguns. Ao discorrer sobre sua ida à Tijuca, Joe evidencia tal afirmação:

(...) não vi senão uma apavorada visão. Uma atmosfera cor de gato maltês sucedeu à primitiva, a marcha do tramway tornou-se corrida desvairada, e essa corrida era obstada por arremessos convulsivos de um súbito [*ilegível*]. Damas agarravam os chapéus, cavalheiros baixavam a cabeça sufocados nos bancos. Nos estribos, dependurados, os cidadãos, com medo de cair e com medo de perder o chapéu, grudavam ao balaústre, fazendo uma continência ridícula ao vento de poeira, com a cara contraída e os olhos fechados.

Mas, certo, eu via demais, porque o destino fez-me entrar grãos de poeira nos olhos e eu curvei-me, encolhi, no incômodo atroz, enquanto um bom velho, em chinelas e sem colarinho, cheirando a vacas dizia:

— Que se há de fazer, meu menino? Isto aqui não é irrigado, nem limpo, nem varrido. Tais coisas são boas para Botafogo. Quem mora aqui tem de aguentar. Mas os bichos gostam do menino...

— ?

— Desde que entrou, já lhe pousaram no ombro um besouro, uma borboleta, uma mariposa... Agora tem um percevejo do mato no colarinho. Espere que o tiro.

— É favor. Onde estamos?

— Na rua Conde de Bomfim.

— Então mande parar.

— Em que sítio?

— Em qualquer. Já.

O tramway parou, desci abrindo os olhos com supremo esforço, fui banhá-los à pia de uma taberna cujo proprietário logo me participou que o telefone da assistência no posto adiante resolvera não funcionar.

Quando consegui ver sem chorar, voltei à rua, à espera de qualquer condução que me trouxesse à cidade. A rua enorme estendia-se mal calçada, com grandes claros de edificação. A poeira de envolta com verdadeiros pelotões de folhas secas batia a rua em disparada e, querendo ver o céu, eu achei-me bem em presença do Vento. Sim! De um Vento palhaçal e satânico, cuja cara sou capaz de descrever. Ele saltava das montanhas vizinhas e caía num esparramo idiota. Depois juntava as pernas, tomava impulso e pinchava-se, cambalhoava, rebolava, saltava, soprando, bufando, arfando. Era horrível.

Esperei bem meia hora no torvelinho trágico. Duas vezes o meu chapéu voou, duas vezes tive de abrigar-me na venda, tal a violência da onda de pó. E ao chegar à cidade, entrando num restaurante, não me reconheci. A minha negra roupa estava cinza, as minhas botas eram brancas e a cara — pobre cara! era cor de barro (25 de abril de 1909).

Por meio de uma narrativa atravessada, em algumas partes, pela comicidade, percebemos o quanto o bairro da Tijuca estava distante da modernização já presente em outros lugares do Rio de Janeiro. Em determinado momento, o velho chega a dizer que “tais coisas são boas para Botafogo”, fazendo referência a cuidados como irrigação e limpeza, que podem ser considerados básicos. Na mesma linha, em crônica publicada no dia dois de outubro de 1910,

Joe comenta que deseja passear por lugares sinistros no Centro. Dirigiu-se, então, acompanhado por um amigo, até as “ruas que ficam entre a Praça da República e a rua Primeiro de Março, entre Visconde do Rio Branco e Largo de S. Joaquim”.

Metemo-nos os dois pela rua do Hospício, pela praça da República. E logo é uma admiração que se prolonga durante o passeio, porque muda o aspecto material e muda o aspecto moral. Certo, em algumas destas vielas a fisionomia é a do vício reles: as rótulas, as velhas prostitutas monstruosas, a tropa de primitivos marchando pela calçada, a querer resistir aos chamados, e nas bodegas lóbregas os azeiteiros na luz pisquenta do gás a pulsar em camisas [*ilegível*] rotas, sacudindo injúrias entre blusas de marinheiros, *dolmans* sangrentos de fuzileiros, camisas de meia de riscas de vagabundos. Certo é aquela mesma atmosfera de susto, de iminência de desastre, porque sobre todos paira a asa invisível do corvo da desgraça e a mulatinha que ri debochada, e o rapaz que lhe aperta a mão, e o pulha que entra [*ilegível*], todos podem receber de um momento para outro uma bala, uma facada – a morte. A renda passa a cavalo, na expectativa e o ruído da outra cidade – a cidade que começa na praça Tiradentes, por exemplo, chega-nos como uma surpresa. Há prostíbulo acesos, há hospedarias uma a seguir a outra, há sobrados divididos em biombos onde se toca, há mil sons confusos e naturalmente trágicos. Sangue, volúpia, morte, horror... (02 de outubro de 1910)

A descrição de Joe revela um trecho do Rio de Janeiro que estava esquecido, marcado pelo passado colonial e pelo perigo. Perto da região, já era possível ver a existência de uma cidade partida.

Em Hospício, Núncio em parte, Alfândega, Senhor dos Passos já não é mais nada disso. Ainda não é bem a rua nova, mas já não é a velha rua. Em Hospício, o quarteirão dos feiticeiros desapareceu. A rua alargou, vieram sobrados. Em Alfândega também. E a gente que lá habita não é nem a carne do vício, nem a negralhada pavorosa dos [*opelês*] e das [*yaou*], mas uma formigante, enorme, pletórica colônia de sírios, de [*levantinos*] de turcos-maronitas ou muçulmanos de fé – que têm padarias, armazéns, jornais, casas de negócio, restaurantes, e chefes, chefes de colônia, que são negociantes e coronéis da guarda nacional (Ibidem).

O texto em destaque revela a impressão diante das transformações. Percebe-se a falta de referências e a busca pela compreensão do que ocorria na época. Em algumas ruas, citadas por Paulo Barreto, mudanças ocorreram. No entanto, pelo que parece, não foram o suficiente para serem consideradas modernas ao passo que também já não tinham os signos da antiga cidade colonial. No que diz respeito à população dos arredores, subentende-se que ficou de fora do chamado progresso.

Os contrastes do Rio de Janeiro também ficam evidentes em crônica publicada no dia 23 de agosto de 1908, quando Joe relata suas andanças pela cidade. Num primeiro momento, expressa a necessidade do carioca de ir à rua para “sentir a alma palpitante daquele brilhante colossal”. O autor relata que “o aspecto é belo, de uma beleza de assombro, tudo é luz, tudo é fogo, tudo é vida”. E continua descrevendo as maravilhas do novo Rio até se deparar com outra realidade:

E de repente a maravilha cessa. Nós vamos por cima, pelo Catete, e passamos pelo outeiro da Glória, o célebre ponto da célebre festa há vinte anos. Foguetes modestos e reumáticos subiam ao ar dificultosamente dando algumas lágrimas discretas. Uma gente vagarosa e mole subia o morro ou descia com sono. A iluminação era de velas em mangas de vidro, e embaixo alastrava-se uma série de vendedores de doces ambulantes gritando cocadas e quindins. Parecia a roça, parecia a Arábia, parecia tudo quanto quiserem, menos o Rio admirável.

— Eis a cidade, de há vinte anos! E resiste ainda! fiz com um grande gesto.

— Não, filho! não é já a mesma. Olha em torno e vê os squares (*sic*) e a luz elétrica. Olha para o soalco do outeiro e vê o botequim que armou no asfalto, ao ar livre, uma “terrace” a parisiense... Os costumes sobem. E quem quiser ver os últimos restos das tradições do Rio, que se apresse porque eles agonizam devorados pelo progresso que é — o conforto, a elegância, a luz. (23 de agosto de 1908)

Ainda nesse sentido, um bairro que mereceu uma atenção especial de Paulo Barreto foi Botafogo. Nele, também estava presente essa contradição, mas, dessa vez, explícita na caracterização das pessoas que moravam e das que frequentavam o local. Em 12 de abril de 1908, Joe aponta algumas peculiaridades de um ponto específico – o Pavilhão Mourisco – como o carrossel, o campo de patins, a charanguinha Flor de Botafogo e, por fim, a “gentinha botafoguense” que frequentava o ambiente. Ao contar sobre um passeio com amigo pela Avenida Beira-Mar (publicação do dia 21 de junho do mesmo ano), no referido bairro, Joe revela um tipo de morador que gasta mais do que pode para manter a aparência:

Fica a maioria, toda essa gente que tem dez, mas que precisa gastar quarenta para aparentar ter cinquenta, fica o enorme batalhão dos crucificados da Aparência, a grande Torturadora da Civilização. Cada vintém que eles gastam é um vintém chorado, cada compra que fazem (sempre nas primeiras casas) é a compra a prazo longo, cada objeto de seu uso é valorizado pela pose, pela proposa (*sic*) e por uma série de concertos íntimos e angustiosos. Os homens se não ganham nada, olham invejosamente os que ganham, e quando ganham, querem mais, continuam a ganhar e a invejar e a temer os maiores ganhadores. (21 de junho de 1908)

A conversa fluía bem até chegarem ao Pavilhão Mourisco e se depararem com aquele novo cenário com “cavouqueiros, mulheres lavadeiras, gente pobre e de pés nus”, além das “negrinhas e mulatas cheirando a éter floral”. Joe deixa transparecer seu interesse ao perceber que aqueles indivíduos “não são os empalados da exibição nem os forçados do luxo”. O amigo explica que é domingo e, neste dia da semana, as festas são animadas por pessoas de outros bairros. O cronista se deixa atrair pelo que vê, acha divertido e deseja descer, mas o amigo – que criticava a vida de aparência de alguns moradores do bairro – não concorda por se preocupar com a reputação entre os conhecidos.

A caracterização dos citadinos está presente em diversos textos de Paulo Barreto. Muitas vezes, os tipos urbanos são, para ele, o ponto de partida para problematizar o cenário de transformação social. Em um jantar no Smart-Club, evento que o cronista considera “curioso”, Joe observa as pessoas que dividem o ambiente e, como consequência, mostra a nostalgia pelo Rio antigo, sentimento de alguns naquela época.

começam a chegar os *smart-dinners*. Que curioso aspecto deste Rio moderno, do novo Rio! Há franceses condecorados, de gestos vulgares; há ingleses de smoking e parasita, americanos de casaca, e também de roupa de brim branco com sapatos de jogar o futebol ou o law-tennis; há os nossos elegantes, essas figuras que esperam uma pena como a do Abel Hermant para ficarem imortalizados na galeria da insignificância com risos artificiais, risos postiços, gestos a contragosto do corpo, todos eles bonecos vítimas da diversão *chanteclair*; há os *noceurs* e os *niches* ricos ou jogadores, cuja primeira refeição deve ser o jantar e que aparecem de olheiras, a voz pastosa pensando no *baccarat chemin de fer*, no 9 de cara e nos pedidos do último *béguin*... Que galeria! (...) homens, que se cumprimentam rápido, dizendo apenas a última sílaba das palavras: — *B'jour Plo*... deus. Algumas vêm arrastando vestidos de três mil francos, preparadas como um centro de mesa; outras têm atitudes simplistas dos primitivos italianos. Há na sombra luminosa do terraço um desfile de figuras que lembram Rossetti e Helleu, Mirande e Capielo; Herman-Paul e também Abel Faivre, porque há *cocottes* gordas, muito gordas e pintadas, ajazadas de joias (o brasileiro gosta de abundâncias) suando e praguejando. (12 de janeiro de 1908)

O autor discorre sobre as categorias dos presentes no jantar. Por meio de uma narrativa irônica, percebe-se a crítica àquelas pessoas que aderiram com veemência à modernidade, passaram a tomar como modelo comportamentos estrangeiros e, nessa busca, acabaram sendo bizarros e passíveis de críticas. E é observando esses personagens da modernização e “atacando um prato de molho” ao som de uma valsa que ele se pergunta onde está o antigo Rio, “sem Smart-

Club, sem cães, sem avenidas e esse ruflo luminoso de pequenas fadas da noite cintilando por entre as mesas de um jantar curioso...” (12 de janeiro de 1908).

Ainda nessa edição da *Gazeta*, é possível também identificar a saudade do velho Rio na conversa¹⁷ de Joe com um amigo. Inicialmente, eles fariam um passeio pelos becos. Decidem, então, ir até o Novo Mercado. Instaure-se, a partir daí, um diálogo nostálgico. O amigo se assusta ao ver que tudo “está calçado, arejado, *avenidado*”. E indignado questiona: “Este mercado, onde não moram mais os mercadores, esse mercado fechado e higiênico pode ser aquela antiga praça centro da miséria, da luxúria viscosa, de tantas e tantas tradições?” (Ibidem).

A mesma indignação é notada quando Joe escreve sobre o corte das praias para a construção do cais. Apaixonado pelo mar, o cronista não se conforma com a perda:

Já não podia ir ver os idílios completos da praia do Russell à noite, já não encontraria no Boqueirão, mais ou menos indiferentemente nus, os *rowers* modernos tritões, já não podia com dignidade e poesia sentar numa pedra onde atracam lanchas para sonhar. A lancha é a negação do sonho. Nem Homero nem o poeta Luiz Pizarini seriam capazes de escrever versos diante de uma lancha. Quanto mais eu! E o cais, novo e de pedra, parecia a muralha definitiva entre a imaginação carioca e as vagas da Guanabara... (31 de maio de 1908)

A perda do mar na parte central da cidade significa, para o escritor, um impedimento para as abstrações que levam a versos e para pensamentos que originam os textos dos que vivem da observação. Joe considera ainda que seria a perda do “conhecimento completo da sociedade” em que vivem.

Devoradas pelo progresso, a cidade e a sociedade vão se modificando gradativamente. Em crônica publicada no dia 23 de agosto de 1908, Joe comenta que o “carioca transformou-se”. Uma dessas transformações está diretamente relacionada à vontade de estar na rua para vivenciar a nova urbe.

Há gente, gente, muita gente. O aspecto é belo, de uma beleza de assombro, tudo é luz, tudo é fogo, tudo é vida. Há renques de lâmpadas amarelas, de lâmpadas verdes, paredes forradas dessa tricomia gritante. Os pavilhões riscam-se cordões luminosos. Grandes lâmpadas irrompem luz cinza clara, a luz de metal branco,

¹⁷ Vale destacar que a conversa é um procedimento discursivo recorrente em Paulo Barreto. Em muitos textos, a narrativa inicia a partir de um encontro do narrador com um amigo ou conhecido e, conseqüentemente, é estabelecido um diálogo entre ambos que serve para introduzir a intencionalidade do texto. Renato Cordeiro Gomes, em *João do Rio: vielas do vício, ruas da graça* (1996), foi o primeiro a observar essa questão.

uma fulguração de luar. Em vários edifícios, e por trás dessas cores, a luz de mercúrio, com uma cor de azul de céu, uma cor maravilhosa e pesada cai como o ardente brocado de um docel — de espaço a espaço. (...)

Que pensar? que dizer? Mesmo dentro do diamante, eu tenho a impressão de que até o aspecto da multidão mudou, eu sinto aquele exército outro, diverso dos das antigas festas, mais elegante, mais fino. Será porque passam lindas senhoras da alta sociedade? Será porque envoltas em mantos de preços as cocotes célebres desdobram por ali caminho dos bares, a onda do perfume? O fato é que tudo parece extraordinariamente diverso.

— Que mudança, hein?

— É o Rio civilizado... (Ibidem)

As ruas iluminadas serviam como convite para os cariocas que passaram a sair de suas casas e vivenciar a cidade. Como aponta Joe, transitar pela urbe era agora uma atividade dos cariocas, especialmente, dos que desejavam exibir sua elegância. Tudo isso fazia parte do projeto de civilização, logo aderido pelos que compunham a alta sociedade da época.

Essas alterações na maneira de se comportar, socializar e – por que não dizer – de viver aconteceram, em alguns casos, naturalmente. Em outros, não. Sabe-se que, há tempos, as instituições procuram estabelecer a ordem. E é fato que, para uma grande maioria, esse processo se dá através de regras que devem ser cumpridas pela população subordinada às instituições. Nesse caso, o olhar recai sobre a cidade, ditadora de normas e costumes:

Ainda que isolada dentro da imensidão espacial e cultural, alheia e hostil, competia às cidades dominar e civilizar seu contorno, o que primeiro se chamou de “evangelizar” e depois “educar”. Apesar de que o primeiro verbo foi conjugado pelo espírito religioso e o segundo pelo leigo e agnóstico, tratava-se do mesmo esforço de transculturação a partir da lição europeia. (...) As instituições foram os instrumentos obrigatórios para estabelecer a ordem e para conservá-la, sobretudo desde que no século XVIII começam duas palavras derivadas de ordem (...): subordinar e insubordinar. (RAMA, 1985: 37)

Rama nos revela que a função da cidade sempre esteve relacionada à determinação de comportamentos e regras mesmo que camuflada sob a áurea da evangelização e educação. O que sempre existiu foi o processo de transculturação, que, mesmo não ocasionando a extinção da cultura local, há, com essa continuidade de trocas, inúmeras mudanças culturais.

Sendo a Europa modelo do que existia de mais civilizado no início do século XX, o prefeito Pereira Passos estabeleceu também normas civilizadoras,

enquadradas nos padrões burgueses da França. Ocorre, então, uma imposição de um padrão urbano burguês numa sociedade cuja tradição era escravista e heterogênea. O Rio de Janeiro era habitado por “capoeiras, ex-escravos biscateiros, (...) carroceiros, vendedores de perus, de vísceras, de leite retirado diretamente da vaca, trapeiros, rezadeiras, tatuadores” (AZEVEDO, 2003: 50) que conviviam com os cavalheiros e damas cariocas já inseridos nos moldes denominados civilizados. Passa, então, a ser proibido: cuspir na rua e nos bondes; a vadiagem de caninos; fazer fogueiras nas ruas da cidade; soltar balões; a venda ambulante de loterias; exposição de carne à venda nas ruas; o trânsito de vacas leiteiras na cidade e, por fim, andar descalço e sem camisa. O prefeito proíbe também o entrudo (substituído pela batalha de flores) e cria uma guerra contra os quiosques do centro da cidade a fim de estimular a abertura de lojas para o chá da tarde (Ibidem).

Ao saltar para a atualidade, percebe-se que a estratificação urbana da época é ainda uma recorrência nas cidades brasileiras, evidente em demasia no Rio de Janeiro, onde já não notamos uma cidade partida no sentido de segregação espacial. A mistura de duas realidades se encontra em um único espaço, não existe limite geográfico como exposto por Zuenir Ventura (1994). Mesmo comportando realidades antagônicas, o Rio serviu, desde o início do século XX, como referência:

As áreas metropolitanas brasileiras são, na atualidade, uma das expressões espaciais mais acabadas da formação social brasileira, refletindo a coerência e as contradições dos sistemas econômico, institucional e ideológico prevalentes no país. O caso do Rio, então, parece ser ainda mais significativo, pois, além de ter sido aí que se localizou a capital do Brasil de 1763 a 1960, a cidade foi a mais populosa do país durante quase todo esse período, só perdendo essa posição privilegiada para São Paulo na década de 1950. Devido a isso, o Rio de Janeiro foi, durante muito tempo, um modelo urbano para as demais cidades brasileiras. (ABREU, 2006: 16)

O Rio de Janeiro exerceu esse monopólio desde o processo de modernização. A antiga capital federal vai buscar uma reorganização pautada no modelo europeu e, logo, ser sinônimo de progresso e civilização. Os hábitos, as roupas e os modos de viver parisienses chegam, primeiramente, ao Rio que serve como um padrão para outros lugares do Brasil.

Sobre as novas normas de civilização, Joe dedica alguns de seus escritos. Vejamos uma crônica publicada no dia primeiro de agosto de 1909 que fala sobre o projeto de proibição de andar descalço nas ruas do Rio de Janeiro.

Como se sabe, o Sr. Tertuliano Coelho, intendente, apresentou um projeto proibindo andar descalço nas ruas e praças da parte urbana da cidade. Tertuliano tinha em primeiro lugar pena dos pés que se machucam por aí; em segundo achava um pouco livre essa nudez de um membro tão importante; em terceiro estava de acordo com todas as capitais civilizadas. A civilização é uma contenção de liberdades [ilegível] selvagem faz o que quer. Um ur[ilegível] tem a proibi-lo e a obstá-lo, a polícia, os impostos, o hospício, e o corretivo dos outros urbanos, fora o respeito social que é uma coisa realmente bonita. Nós somos quase democraticamente selvagens na liberdade de cobrir o corpo. A liberdade é tanta que há em ruas centrais caixeiros servindo senhoras com as mangas arregaçadas, e que [ilegível] nas esquinas e a transitar [ilegível]turas tendo como roupa uma [ilegível], uma camisa de [ilegível]jeia e uma [ilegível]. É pouco. Eles de v[*palavras ilegíveis*] muito e dobram a calça até o joelho. Mas é liberdade [ilegível] liberdade-licença inconsciente, liberdade abuso.

Também era liberdade passear as vacas pela rua. O Dr. Passos proibiu o passeio *vacum (sic)*, e, apesar da grita, não consta que as vacas se tenham dado mal, nem que os vaqueiros deixem de enriquecer tão depressa — os vaqueiros que são aliás um dos regimentos dos pés nus.

Mas os líricos do pé, os que pensam a individualidade, a independência, protestam. Os homens devem andar com os pés como e[ilegível]derem! Dinheiro para comprar sapatos nem todos têm! Vejam os mendigos...

O número de mendigo é pequeno. Há muitos facadistas e mordores (*sic*). Mas esses andam calçados. Depois é proibido mendigar.

A comissão encarregada de estudar o projeto Tertuliano refletiu, sabe que quem anda de pés nus insolentemente não são mendigos. A comissão deu este delicioso parecer depois de refletir:

“A Comissão de Justiça, tendo estudado o projeto n. 82 de 1907 do P[ilegível]endente Tertuliano Coelho, em que proíbe o trânsito pelas ruas e praças desta cidade a quem não esteja calçado;

Considerando que as regras no modo de vestir-se ou calçar-se os municípios devem originar-se antes do desenvolvimento e cultura dos habitantes da cidade do que de uma lei proibitiva que vem atacar a liberdade individual garantida pela Constituição, é de parecer que seja rejeitado o referido projeto.”

Mas, Deus do céu! A cultura pode promover uma série de coisas. Quem porém promove a cultura no povo? Os homens inteligentes e adiantados pregando-lhes o que é bom, as autoridades obrigando-o a obedecer. Faz-se com os povos o que se faz com as crianças: ensina-se. E com os povos novos, mais sob a lei do progenismo que sob a do ativismo — violentamente, intensamente. Se nós fossemos esperar pela cultura dos habitantes, não tínhamos as avenidas (feitas com furiosos protestos) não tínhamos o Municipal, não chamaríamos Ferri e o An[ilegível] e tantos outros. As autoridades promovem o desenvolvimento da cultura ensinando e dando o exemplo. O povo adapta-se e eleva-se de súbito. Hoje qualquer carioca seria incapaz de viver sem avenidas. Amanhã seria imoral um sujeito descalço.

Podíamos dizer que é assim na Europa. Mas os patriotas berrariam logo: — Pedante!

Quando precisamente os europeus imigrantes e de pouca cultura, em chegando aqui e encontrando essa liberdade inútil (porque é uma liberdade inútil andar de pé no chão e de camisa e meia) se escancaram logo e tiram o casaco e tiram as botas, e andam assim, e podiam também ter a vontade de tirar as calças, porque de fato andar sem calças é uma liberdade individual...

Eu entretanto sou [ilegível] pé calçado, por altruísmo como todo carioca. O pé calçado não [ilegível], o pé calçado não endurece a pele a [palavras ilegíveis] mas que lhe estragam as linhas das plantas onde está positivamente traçado o destino do homem. Eu sou conservador da preocupação nacional: o pé.

E nesta semana de pés em que o projeto Tertuliano tanto se discute entre intendentos, longe de bater o pé, contra, lembro que um pé calçado vale triplicadamente. Será possível aquela imagem do tacão do marechal Hermes sem uma bota? É possível bicho no pé, calçado? Não! Lembremos a liberdade individual [ilegível] a civilização urbana é o pudor de vestir. E a toda essa gente que não se arruinaria comprando botas, porque há botas de todo o preço, que a prefeitura mande na doce [ilegível] de uma lei geral começar a cultura pelo começo, pelo pé.

O pé é entre nós tão importante, que é um assombro não o quererem vestido... (01 de agosto de 1909).

Como em “capitais civilizadas” não se viam homens e mulheres descalços, para muitos que no Brasil viviam, a medida deveria ser adotada também no país. Segundo Joe, seria este o primeiro passo para uma cidade civilizada, que só se consolida com restrição de liberdade. Nessa linha, a crônica aponta a necessidade de regras e instituições para controlar os cidadãos.

O cronista também nos fala da nova forma de se viver, ou seja, da sociabilidade dentro dessas novas normas. No dia seis de outubro de 1907, comenta sobre a festa do Palace-Teatre, no luxo e refinamento como elementos desse local. Assim, demonstra a percepção delicada, a cultura e a civilização presentes na cidade. Na mesma edição, apresenta a gravata – acessório usado pelos cariocas – como símbolo de progresso. De acordo com o escritor, desde sua invenção, a gravata é “a nota suprema por onde se afere a elegância e a civilização” (JOE, 06 de outubro de 1907).

Ao comentar a respeito das conferências de Ferrero, compara o Rio de Janeiro a Roma e assegura que os cariocas têm mais luxo, inclusive do que os americanos. Joe exalta esses encontros ao afirmar que “renovam um pouco a cultura da gente *up-to-date*, vêm principalmente, demonstrar o (...) grau de assimilação e de compreensão” (JOE, 13 de outubro de 1907). Para concluir, consagra Paris e Rio como símbolos de civilização e modernidade: “(...) Aqui, cada dia que se passa mais claramente acentua a Ferrero que se há na Europa um

cérebro-cidade, capaz de consagrar: Paris; só há na América outro que o reflete: o Rio.” (Ibidem).

Distanciando-se do conceito do senso comum que coloca a moda como sinônimo de futilidade, em um momento de intensas transformações, a indumentária desempenhava um papel social e vestia, para além de pessoas, identidades. Sobre a importância dessa tendência, escreve Joe:

Gostar da moda é gostar do espírito da beleza. O espírito da beleza desde que perdeu a sua augusta perfeição – e foi há muito no tempo, na Grécia Antiga – é um espírito inquieto, um espírito que procura, apalpa, cria, não se satisfaz, desfaz e de novo tenta a obra, exagerando, desproporcionando... É esse espírito de beleza meio alucinado que cria a moda em Paris todos os anos – os sapatos de bico muito fino, as saias [*ilegível*], os chapéus colossais. Uma mulher vestida pelo último figurino é sempre mais *chic* do que qualquer outra. Porque afinal, apesar do exagero, há um sentimento geral de gosto nas maiores maluquices – no *sans-dessous*, nos chapéus Napoleão, nas *robes fourreau*. (16 de janeiro de 1910)

Em relação aos cariocas, vale pontuar que Paulo Barreto identifica essa preocupação de se vestir bem. Antigamente, a mulher cuidava da roupa do cavalheiro. Geralmente, cada profissão usava “verdadeiras fardas à paisana” (06 de setembro de 1909); o médico, por exemplo, usava sobrecasaca preta e o poeta, por sua vez, depravadas polainas. Após a abertura da Avenida, revela o cronista, despertou-se nos homens e mulheres a vontade de ser chique, passaram então a se inspirar “em Londres, Paris e em Lisboa, onde é possível encontrar muita gente bem vestida, sem vintém, mas nunca uma pessoa com algum dinheiro mal trajada” (Ibidem).

Apesar de tanta apreensão e dedicação, parece que o carioca não tem a verdadeira elegância. É disso que Paulo Barreto se convence ao avistar uma “enorme senhora de vestido de veludo verde, grande chapéu sensacional, ajazada de pedraria que dava a impressão burlesca da condessa de Panadar da ‘Mascote’.” (05 de abril de 1909). O escritor atenta ainda para a especialidade dessas senhoras de transformar a rua em salão de baile e decreta: “Elegante, realmente elegante só o é quem nasceu elegante” (Ibidem). O cronista conclui, então, que não é toda mulher que consegue se adequar a esse novo padrão.

Certamente as senhoras brasileiras sabem muito bem usar a moda parisiense. As cinquenta [*ilegível*] nos jornais, os *leaders*, principalmente. Mas, na moda parisiense do Rio, há umas correntes, uns certos detalhes, crispantes de mau

gosto. As flores são em questões de mau gosto as grandes vítimas. Raras são as brasileiras de condição menos rica que amam flores. Um ramo de violetas é encanto numa *midinette*, é um trambolho inútil para qualquer menina namoradeira da cidade nova. A generalidade despreza a flor pela simples razão de que só a suprema civilização pode amar esse encanto da natureza.

De repente, há, entretanto, uma novidade. Um assassino qualquer, merecedor da eletrocussão imediata, lembra-se de inventar as flores pintadas. É cortar o cabelo de rosas-rosa ou de rosas chá e mergulhá-lo num pote de tinta. Que invenção, hein? As rosas perdem a frescura, ficam como leprosas, duras, com as pétalas enfardadas, horríveis. E todas as raparigas usam-nas. Isso sim, que é bonito! O ano passado a dolorosa epidemia malsinou o Rio de Botafogo à Gamboa. Até as copeiras de casa rica usam flores misto de tinta sardinha e cor natural.

Era, porém, o bastante? Não! oh! não! Este ano, com janeiro tórrido apareceu uma outra tremenda moda, de um mau gosto de exigir a intervenção policial: - os ramos artificiais. Sim! Há senhoras lindas, que não usariam duas rosas frescas, mas que agora não saem à rua sem pôr à cinta um ramo de parma de papelão ou duas príncipe Alberto, de seda vermelha! Ainda agora na Avenida vejo uma senhora passar, aliás lindamente vestida, e no seu seio, tremenda, um enorme ramo de hortênsias azuis, dessas hortênsias de que há campos lindos em São Paulo, no Paraná, em Petrópolis.

Deuses! Que diria Montesquieu de Fezensac, o apaixonado das hortênsias azuis se visse esse atentado? (16 de janeiro de 1910)

Como já mencionado nesta tese, o diálogo entre Europa e Brasil, Paris e Rio pautava o projeto de modernização. Paris era símbolo da modernidade e, em relação à indumentária, não era diferente. Na citação, vemos que, embora algumas senhoras tenham se adequado bem à moda parisiense, a falta de elegância é notada nos detalhes, como, no caso, no uso das flores.

A respeito dos homens, algumas dúvidas recorrentes são mencionadas em 22 de maio de 1910: “Deve-se ir de casaca ao Municipal? Com *smoking* a luva é branca ou de cor? E a gravata? A sobrecasaca pode servir? E o casaco seco?”. Para o cronista, tais indagações soam como “atraso nessas coisas de vestir” e “demonstração de selvageria” (22 de maio de 1910). A opinião é retomada quando Joe personifica a casaca preta e com ela estabelece um diálogo para discutir a elegância masculina.

— Essa era impossível. Vocês, evidentemente, têm feito progressos quanto ao trajar dos homens. E progressos vertiginosos. Mas ainda hoje o carioca é o sujeito que veste muito mal, dá o desespero quando vê um sujeito bem posto, e é conhecido na Europa e no Prata, pelo — “Homem do Guarda-chuva.”

— Pois claro: o brasileiro é o único ocidental que se faz acompanhar de um guarda-chuva, mesmo quando absolutamente não chove e o céu está azul.

Ora, esse homem não pode conceber elegância. Não que não seja faceiro. Se permitires psicologia a uma pobre casaca preta, asseguro-te que o carioca é na sua maioria faceiro. Mas com um mau gosto! Um mau gosto tão grande que vai no

excesso de reparar nos mais e só admitir no corpo alheio o que o próprio veste.
(18 de julho de 1909)

Por mais que errassem ao incorporar o padrão europeu de vestimenta, alguns brasileiros queriam mesmo era se sentir participantes daquela modernização e se arriscavam no novo padrão. No dia 11 de julho de 1909, na crônica intitulada “O exemplo do Progresso vertiginoso”, Joe escreve sobre a expansão da Casa Colombo, uma loja que oferecia produtos semelhantes aos das cidades mais modernas, que inspiravam o processo de civilização do Rio de Janeiro. Por tal motivo, era muito visitada.

— (...) Há um batalhão de empregados para servir um exército de fregueses. Nas seções, a agitação cresce. É a liquidação de um grande estoque que se eclipsa. Desde a bota até o chapéu o homem sai vestido da Casa Colombo. E sai por todo preço como em os grandes armazéns da Europa e da América. Quanto deve fazer por dia essa casa? Sei lá! Não estou a fazer uma “enquete”, que aliás seria interessantíssima como um dos aspectos de transformação da nossa feição primitiva. Indago apenas quantos pares de Walk-Over vende por dia, porque o Walk-Over vende-se muito em toda a Europa e por todas as casas é limitado.

— Uns mil pares por dia...

— “Et voilà!” O grande Rio! Quem diria aos nossos calmos avós que em 1909 uma casa venderia mil pares de sapatos por dia? É Paris, iludo-me. Penso estar numa dependência do Bon Marché. E é para os meus botões que reflito.

— Tarda ou não a chegar o romancista que fixe este grande momento do Brasil, como Balzac e como Zola fixaram grandes momentos da transformação da França? (11 de julho de 1909)

A vontade de obter produtos como bota e chapéus movimentava o mercado da moda. Pela descrição, notamos que a oferta era grande por conta da própria demanda. O desejo por esses signos da modernidade era também marca do “grande momento do Brasil”, como nos aponta Paulo Barreto. E, para ele, teria de existir um romancista como Balzac ou Zola para narrar as transformações. Sabia o escritor que, em sua coluna, ele mesmo eternizava esse processo de modernização e civilização? Relatou o cronista todas as transformações estruturais da cidade, comportamentais e sociais da população.

Em seis de outubro de 1907, também atenta para o fato de que o progresso não era apenas urbano ou social, mas moral. Para comprovar, o escritor discute o divórcio que, mesmo não sendo completamente aceito, já era colocado em prática por alguns casais. Ele aproveita para antecipar o que hoje ocorre: “Nós ainda não

aceitamos muito bem o divórcio. Dentro de dois anos será tão banal como ir ao Leme de automóvel” (06 de outubro de 1907).

No dia primeiro de setembro de 1907, ao refletir sobre os dias que, segundo o escritor, “são como os homens: bons e maus ao mesmo tempo”, fala das acusações feitas ao Sr. General Aguiar, responsável pela construção do Palácio Monroe, pelos periódicos *Correio da Manhã*, *Gazeta* e *Notícia*. Nessa toada, marcam presença, em seus textos, nomes ligados à literatura, pintura, teatro, imprensa e política da época. Quando vê a quantidade de afazeres do presidente da Câmara Carlos Peixoto, por exemplo, Joe ironiza ao afirmar que bom é não entender e não saber de política (05 de abril de 1908). No dia seis de setembro de 1908, elogia o ministro Miguel Calmon que muito alcançou, mas quando se formou, “descendente de uma família de estadistas notáveis, tinha a ambição apenas de fazer uma grande estrada de ferro” (06 de setembro de 1908). Outra carreira homenageada é a diplomacia pelos nomes de Cardoso Moreira (04 de outubro de 1908) e Reynaldo de Silva e Lima (15 de novembro de 1908). Ao discorrer sobre o primeiro, faz piada com essa carreira de estado:

Nós temos certas ideias classificadoras de tipos segundo a profissão que adotam. O diplomata, por exemplo, é para toda a gente um cidadão elegante. Com muitas luvas, muitos rapapés, muitos *flirts*. O povinho quando quer definir um sujeito pachola diz: – “vai todo diplomata”. E na alta roda, quando o jovem não tem ideias e sabe várias línguas – (é o que quase sempre acontece, e eu, se me não fosse levado a mal, pediria a psicólogos notáveis como M. Bonfim, para observar que os cavalheiros muito linguarudos são em geral falhos de ideias) – diz-se logo: – que corte de diplomata! (04 de outubro de 1908)

Em 17 de maio do mesmo ano, o contemplado de uma das crônicas foi o conde Fernando Mendes de Almeida, “uma das figuras mais conhecidas, mais evidentes do mundo carioca”. O cronista, algumas vezes, o acompanhou pelos teatros. A partir desses encontros, revelou que o “conde entra, sorri, diz duas ou três frases amáveis, assiste distraidamente um pedaço do ato, sai, entra em outro, dá dois dedos de prosa, e a sua palestra é um tecido de humor e de encanto” (17 de maio de 1908).

Figura que despertou curiosidade em Paulo Barreto e não pode ser esquecida é a do Sr. Paranhos, diretor do Ginásio Nacional. Sempre tentando aparecer, o diretor “cheio de qualidades na posição modesta de reitor de um

estabelecimento de ensino, não esteve com meias medidas, foi logo ao ‘looping de loup’, ao salto do abismo para saltar à admiração geral. Nisto é que está a bizarria” (19 de abril de 1908). Logo que assumiu a direção do Ginásio, revolucionou; e os jornais chegaram a comparar a instituição de ensino com o Colégio Militar. Além disso, surpreendeu a todos quando revelou o desejo do Ginásio voltar a ser chamado de D. Pedro II.

Joe também relembra “a figura esplêndida de José do Patrocínio” (17 de maio de 1908) e, referindo-se ao centenário da imprensa, afirma que desapareceu o respeito às grandes datas. Outro nome destacado na coluna foi o de Alcindo Guanabara. Em conversa com Irineu Marinho, é lembrado dos 25 anos de jornalismo desse homem que “é simplesmente admirável e não há, amando a profissão, quem não o respeite como o grande e o primacial” (14 de junho de 1908). Desejam, então, que as bodas de prata de Alcindo com a imprensa sejam “uma festa nobilitante e cheia da esperança e do orgulho de todos nós” (Ibidem).

Referente a essa temática, Paulo Barreto discute a ausência de uma associação de imprensa, abordando também o perfil do jornalista. Segundo ele, a falta de união existe em qualquer lugar do mundo e, mesmo com todas as adversidades, os jornalistas devem dar mais importância à força de sua profissão. Os clubes e associações de imprensa, assinala, têm mais sócios que não pertencem à classe do que jornalistas. Todavia, se mostra entusiasmado com a perspectiva de uma associação, a atual ABI. Sobre esta, comenta:

Não é simplesmente decorativa. É prática e útil. Fui dos que duvidei dela, até o presente momento. Mas já não é possível duvidar. Esse trabalhador incansável que é o Lacerda, socialista convicto e espírito prático, faz da Associação da Imprensa um admirável elemento propagador do Brasil, e uma instituição idêntica à “Associated Press”. A Associação já tem um serviço de informações, com *bureau* instalado, um serviço de lanchas e automóveis e intérpretes, anuário em início – é um fato. (08 de novembro de 1908)

O escritor também demonstra empolgação quando escreve sobre a revista *Fon-Fon*. No dia primeiro de março de 1908, Joe é só elogios para as publicações que, na sua concepção, nenhum carioca ousaria deixar de ler. Para o cronista, os escritores que colaboram para a elaboração das edições são demasiadamente talentosos, “capazes de poder dividir o brilho intelectual entre a grande arte e essa

arte do espírito tão difícil de manejar e tão decisiva como a outra” (01 de março de 1908).

As estações de ano e as atividades e programas que elas induziam também são assuntos nos escritos de Paulo Barreto. Em 22 de março de 1908, afirma que o inverno remete a ideias interessantes como

encomendas ao alfaiate, o meio de arranjar convites para os bailes, que são sempre a probabilidade da ceia grátis, a complicação da cadeira no Lyrico para todas as companhias, (...) os namoros com certas damas levianas, os *raouts* de uma casa capaz de sacrificar os credores ao *chic* de uma festa de aparência, os *five-o-clocks* e os *bridge* de mais outras. (22 de março de 1908)

É neste período também que ficam lotados os hotéis, a Câmara, o teatro e a própria cidade. No dia cinco de julho de 1908, relata a conversa de dois amigos que escutou quando estava no bonde. Um deles dizia que amava o inverno; para ele, estação verdadeiramente interessante que possibilita o luxo. Durante essa fase, as pessoas não suam, bebem conhaque, andam de paletó abotoado, luvas e a sensação é de estar em Londres. Já o outro, destaca alguns problemas como as ruas cheias de lama e afirma ser esta “a estação que mata a miséria e repugna o pobre” (05 de julho de 1908). Depois de ouvir o diálogo entre esses rapazes – considerados pelo cronista “idiotas” –, clama pelo “verão amado”, pelo “encantador verão” da sua terra “em que tudo é olência e fecundidade, contra a atroz agonia desse dia infinitamente triste” (Ibidem). Em 25 de outubro do referido ano, reclama também da chuva durante o inverno. Para explicitar o horror a esse fenômeno da natureza, fala que, quando o assunto é a água das nuvens, considera o ser humano o parente mais próximo dos gatos e revela ser impertinente o uso “das horríveis galochas e desse utensílio negro e inútil, barraca ambulante, borboleta lúgubre, que o vulgo chama guarda-chuva” (25 de outubro de 1908).

Os santos inverniais também aparecem nos escritos de Joe. Ele comenta que o mês de junho é nostálgico sob a perspectiva das avós e mães de cinquenta anos. Ambas, nessa época, vivem a recordar a história “modesta e caseira” (21 de junho de 1908), o tempo em que “passaram crianças a pensar nos brincos, moças a pensar no futuro noivo, mães a temer desastres para os filhos” (Ibidem). Com emoção, relembram os tempos de Santo Antônio, São João, São Pedro e Senhora

Sant'Anna; da “pureza dos lares com muito namoro, muitos foguetes, e bailes, e carás e melado, o encanto do céu todo aceso nas pupilas cegas dos balões soltos” (Ibidem).

No dia oito de novembro de 1908, Joe discorre acerca do dia de finados e categoriza alguns cemitérios da cidade. Brinca o escritor que a igreja instituiu a comemoração para homenagear os poucos prestigiados na vida e que “agora a Humanidade Cristã, civilizada e polvilhada de positivismo, tem a festa dos mortos sob a sua máxima de que os mortos cada vez mais governam os vivos” (08 de novembro de 1908). Mais adiante, estabelece a associação entre as classes e os cemitérios:

O jovial cemitério do Catumbi é bem dos ricos moradores de Haddock Lobo e Tijuca; o Caju é vulgar, é misto como a Cidade Nova e as ruas centrais: tem imensamente tudo; os dois outros das ordens cheiram a S. Cristóvão; e há um *up-to-date*, positivista, jacobino, nefelibata e elegante: o de S. João Batista. (08 de novembro de 1908)

Vê-se, por meio da citação, que a população era dividida pela condição social até mesmo na hora de enterrar um familiar ou amigo. No Catumbi e no S. João Batista ficavam os com maior poder aquisitivo. Os outros no Caju. Nesse compasso, vale dizer que, com muito respeito, Paulo Barreto, em sua coluna, noticiava também falecimentos. Nas ocasiões, exaltava as qualidades e boas ações dos falecidos. No caso de Plácido Júnior, por exemplo, falou que “a vida de jornal e da literatura vão perdendo a pouco e pouco as suas figuras curiosas de boemia. Plácido era uma delas, da grande boemia com influência decisiva e a obediência do burguês” (15 de março de 1908). No final, despediu-se: “Adeus o reinado da confeitaria, adeus a vida de alegria, adeus a ‘boa ideia’ que foi a frase mais constante do Plácido” (Ibidem). Em 25 de outubro de 1908, não diferente, demonstrou pesar pela morte do político e literato João Pinheiro, “figura nobilíssima de varão, tão cheio de ensinamentos e de ideias” (25 de outubro).

Nesse período, outra mudança relevante foi o horizonte técnico. Era a revolução técnico-científica. Artefatos modernos, novos meios de comunicação e locomoção marcaram a nova fase. Essas novidades também apareceram no Rio de Janeiro, corroborando para sua firmação como metrópole. Como afirma Sevcenko:

(...) Rio de Janeiro, sede do governo, centro cultural, maior porto, maior cidade e cartão de visita do país, atraindo tanto estrangeiros quanto nacionais. O desenvolvimento dos novos meios de comunicação, telegrafia sem fio, telefone, os meios de transporte movidos a derivados do petróleo, a aviação, a imprensa ilustrada, a indústria fonográfica, o rádio e o cinema intensificarão esse papel da capital da República, tornando-a eixo de irradiação e caixa de ressonância das grandes transformações em marcha pelo mundo (...). (SEVCENKO, 1998: 522)

Essas mudanças do início do século XX que transformavam o Rio de Janeiro em uma *belle époque* tropical, como disse Jeffrey Needell (1993), eram apreciadas por um grande número de pessoas. Obras de escritores que viveram essa época servem como ratificação desse apontamento. Nesse sentido, comenta Neves:

Os textos que, retirados de alguns autores da época, servem de comentários aos objetos e imagens mostram, por sua vez, como os contemporâneos viveram e tematizaram aquele tempo: quase sempre o que se registra é o entusiasmo e o aplauso diante das novidades; a simpatia pelas reformas; o elogio aos reformadores... (NEVES, 1991: 54)

Como já exposto durante esta tese, é fato que as produções de João do Rio apresentam, aos leitores, esse período de transformações e novidades. Em alguns escritos como *A profissão de Jacques Pedreira* (1911) e “A era do automóvel” (1911), é possível perceber um certo encantamento em relação às novas técnicas e meios de locomoção. Alguns escritores da época, entretanto, pareciam desconfiados e outros, mais radicais, como é o caso de Lima Barreto, apresentavam uma postura bastante crítica. Mesmo demonstrando euforia no que se refere às reformas sociais, Bilac, por exemplo, desprezava as técnicas de difusão coletiva, por considerá-las prejudiciais para os próprios jornalistas. O escritor explicita sua desconfiança em um dos textos escritos no jornal *A Notícia*: “Decididamente estão contados os nossos dias, ó cronistas, escritores de artigos de fundos, noticiaristas e mais operários do jornal escrito!” (BILAC *apud* SÜSSEKIND, 1987: 21).

O aparecimento do automóvel, do bonde elétrico e o surgimento do cinema indicavam o início de um momento novo e elitista. Sobre o automóvel, escreve Joe: “Ah! O automóvel! Mas não há dúvida: o automóvel [...] é o prazer mais

intenso de quem não tem que fazer, é a derradeira voluptuosidade da voluptuosa humanidade: a do imprevisto.” (29 de setembro de 1907)

No entanto, ao relatar sobre sua ida à batalha de flores, revela as dificuldades ocasionadas pela chegada do automóvel em uma cidade como o Rio de Janeiro, que não apresentava estrutura:

Como já estava provado que o grande movimento de automóveis e carros levanta muita poeira, era natural que se irrigasse previamente as alamedas com água de alcatrão ou qualquer outro preparado. Não se fez isso. Uma poeira corrosiva, desde cedo, ergueu uma grande nuvem, que envolveu o Campo como a nuvem negra que entristecia o Palácio de *[ilegível]*, rainha de Sabá.

Falhando o espírito de iniciativa, houve a deserção de grande número de pessoas do *high-life*, e o resultado foi uma festa de flores em que não havia flores, em que muitos carros apareceram apenas guarnecidos de folhagens como as carruagens da Penha, em que a poeira tomou proporções fantásticas... (22 de setembro de 1907)

A grande quantidade de poeira provocada pela circulação dos automóveis atrapalhou a batalha de flores e, por consequência, a diversão dos cariocas que estavam no Campo da Aclamação. Percebe-se que as ruas não estavam preparadas para receber o automóvel e manter o bem estar dos transeuntes. Outro problema é apontado em um texto publicado no dia oito de novembro que traz como temática o trânsito carioca. De acordo com o escritor, a maioria dos atropelamentos é provocada pela própria vítima que, desacostumada com a presença de veículos, “fica nas curvas, e para no meio da rua, e não atende ao apito dos cocheiros” (08 de novembro de 1908).

Ao mesmo tempo em que expõe as problemáticas do ordenado e transformado espaço urbano, o cronista enaltece algumas novidades desse período como, por exemplo, a presença de cartazes na cidade. Para Joe, “o cartaz é a alegria e a arte da rua” (23 de fevereiro de 1908). Partindo dessa concepção, afirma que a “as ruas só são civilizadas quando andam cheias de cartazes. O cartaz é a roupa, é a *toilette* da rua” (Ibidem).

Em 24 de novembro de 1907, Paulo Barreto se rende aos encantos do cinematógrafo, novo aparato técnico que, como afirma Charney, possibilita experimentar o caráter efêmero da modernidade. De uma estação de trem, observa os tipos urbanos até ver chegar o “distinto médico” e o “mais amável dos homens”, respectivamente, Dr. A. Austregésilo e Dr. Ataulpho de Paiva, além do

Dr. Humberto. Então, se pergunta: “E de onde vêm esses três senhores?”. Indubitavelmente, a resposta: “Do cinematógrafo!”. Para surpresa do leitor, acrescenta que não só eles, mas todo o mundo vai aos cinematógrafos, pois “é a mania, é a doença da cidade” (24 de novembro de 1907).

Outra crônica, publicada no dia 29 de setembro do mesmo ano, reitera o entusiasmo diante do novo dispositivo e descreve o alvoroço ocorrido com a chegada dessa novidade:

Cinematógrafos... É o delírio atual. Toda a cidade quer ver os cinematógrafos. O carioca é bem o homem das manias, o bicho insaciável e logo saciado das terras novas. Toma um prazer ou um divertimento, exagera-o, esgota-o, aborrece-o e abandona-o. (...) Cinematógrafos... Agora são os cinematógrafos. Em todas as praças há cinematógrafos, anúncios, ajuntando milhares e milhares de pessoas. Na Avenida Central, com entrada paga há dois trêz, e a concorrência é tão grande que a polícia dirige a entrada e deixa a gente esperando um tempo infinito na calçada.

Encontro, em companhia do jovem secretário municipal Oscar Lopes, o meu velho amigo barão Belfort e logo este me diz:

- Há sete pecados capitais, sete maravilhas do mundo, as sete idades do homem, houve os sete sábios da Grécia, leio num jornal agora que há sete grãos da borboleta [*ilegível*] Irritabilidade, doce beatitude, estado belicoso, estado afetuoso, estados [*ilegível*].

- Mas a que vem isso?

- O Rio agora tem sete prazeres também. A fatalidade do sete, desde o Sete de Setembro.

- E são?

- O bicho, o maxixe, o *vissi d'arte*, os *meetings*, a oposição à polícia, a propaganda “A Europa curvar-se ante o Brasil!”.

- E?...

- E os cinematógrafos. (29 de setembro de 1907)

Assim que chegou ao Brasil, o cinema causou um imenso burburinho pelo fato de apresentar ao público uma nova experiência. Não é de se espantar que tenha se tornado um dos sete prazeres da cidade que, primeiramente, o recebeu. Foi esse sétimo prazer do Rio de Janeiro moderno e civilizado, mencionado acima, que deu título à coluna da *Gazeta de Notícias*, na qual Paulo Barreto narrou acontecimentos, transformações e histórias do cotidiano carioca.

Pode-se dizer, portanto, que os textos do escritor compõem um *cinematographo* de variedades de uma cidade considerada metonímia do Brasil, um país que não se desejava mais colônia, queria ser transformado, conhecido e reconhecido; quem sabe até para todo o seu povo, o povo brasileiro. São também,

cabe aqui salientar, documentos, registros e, para usar o conceito de Rama, uma cidade letrada que eternizou a *belle époque* carioca.